



ACTUALMENTE, TER MAIS DO QUE UM FILHO NÃO É UMA DECISÃO FÁCIL. O CASAL PROCURA INVESTIR NA SUA CARREIRA PROFISSIONAL, TER MAIS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÓMICAS E ADIAM O PROJECTO DE PROCREAÇÃO PARA MAIS TARDE. ESSA SITUAÇÃO LEVA A QUE TENHAMOS UMA SOCIEDADE ENVELHECIDA COM ELEVADOS GASTOS SOCIAIS PARA O ESTADO. FALTA UMA POLÍTICA INTEGRADA DE APOIO À FAMÍLIA.

Apostar na família é construir o futuro

MARIA DO CARVALO SILVA

Num tempo em que a maioria dos casais não se aventura a ter mais do que um ou dois filhos por razões tão diversas como o investir na profissão, a falta de disponibilidade, o dinheiro que não chega, a casa que é pequena ou a falta de paciência, as famílias numerosas acabam por ser excepção mas são também um exemplo a seguir dada a sua importância social.

Em Portugal, as famílias numerosas representam cerca de 7,5% das famílias e contribuem em 26% para a sua juventude. No nosso país faltam bebés, temos uma sociedade envelhecida, o que acaba por comprometer o desenvolvimento. Falta a definição de uma política construtiva em relação à célula fundamental da sociedade, pois apostar na família é construir o futuro.

De acordo com João Correia, dirigente da delegação regional da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN), é necessário mudar a política nacional de apoio à família. «Faltam incentivos aos jovens casais para que possam ter mais filhos».

Constituir família é um projecto de vida que deve ser ponderado pelo casal, em consonância com outros factores sócio-económicos. Ter um ou mais do que um filho é uma decisão que acima de tudo deve ser tomada pelo casal.

Na prática, ter mais do que um ou dois filhos pode causar algumas dificuldades na gestão do dia-a-dia, mas tudo é compensado pelas alegrias que os mesmos proporcionam.

Ter uma casa cheia não é fácil, muitas vezes é caótico e confuso. No mesmo quarto podem dormir dois ou três, fazem fila para a casa de banho, falam todos ao mesmo tempo e, se possível, alto para serem ouvidos, herdaram a roupa e os brinquedos dos irmãos, disputam o melhor lugar no sofá, fazem birras e adoecem uns atrás dos outros. Todavia com humor e sentido de organização tudo se compõe. Naturalmente que tudo isto exige sacrifícios, é certo, mas as compensações e alegrias ultrapassam todas as dificuldades.

Contudo, João Correia refere que mais do que as dificuldades económicas que possam estar inerentes ao facto de ter uma família numerosa, que o que falta realmente é uma política de apoio à família no nosso país. Na sua opinião, algumas dessas medidas podem passar pela maior flexibilização dos horários de traba-

lho dos progenitores de modo que possam acompanhar de mais de perto os seus filhos.

O dirigente regional refere que há um conjunto de apoios indirectos que ajudam na educação dos filhos. Um investimento a médio e a longo prazo, do qual poderá resultar uma sociedade saudável e activa, ao contrário dos dias de hoje, que temos «uma sociedade efémera ao nível familiar», o que acarreta elevados gastos sociais para o Estado. Grande parte destas despesas está relacionada com o facto de termos famílias desestruturadas, que muitas vezes estão na origem de problemas relacionados com a exclusão social.

É necessário criar incentivos às famílias numerosas, apoiá-las na educação, entre outras formas de ajuda que a longo prazo terão os seus frutos. As ajudas à família são aquilo que João Correia designa como «um investimento na prevenção» de situações de delinquência juvenil, consumo de drogas e outras formas de exclusão social, o que atribui à família um papel de determinante ao nível do progresso social, cultural, económico e moral.

Assim, importa relembrar algumas ideias chaves deixadas no último congresso europeu de famílias numerosas: «Os Estados devem definir claramente os objectivos de uma política para a família e implementar medidas concretas que a

valorizem e lhe permitam cumprir as suas responsabilidades»; O rejuvenescimento das gerações é um assunto de Estado, «devendo os governos reconhecer o direito de cada família a não ser penalizada fiscalmente por casar e ter filhos. No cumprimento do princípio da subsidiariedade, o Estado deve estimular os parceiros sociais – poderes locais, organizações não governamentais e empresas – a adoptarem boas práticas no sentido de facilitarem a vivência familiar»; Apelar aos governos para tomarem «medidas no sentido de dar execução à recente Resolução do Parlamento Europeu sobre a conciliação entre vida profissional, familiar e privada».



Faltam incentivos aos jovens casais para que possam ter mais filhos.